

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2020
Alterado conforme aviso publicado em 19/08/2020

Prefeitura Municipal de Taquari
Edital de Pregão Presencial n° 017/2020
Tipo de julgamento: menor preço por ITEM

Edital de pregão para aquisição de um grupo moto gerador (GMG) diesel, destinado ao Hospital Municipal São José de Taquari/RS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09 horas, do dia 10 de setembro do ano de 2020**, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações localizada na sede da Prefeitura Municipal de Taquari, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria n° 300/2020, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a aquisição de um Grupo Moto Gerador (GMG) Diesel, destinado ao Hospital Municipal São José de Taquari/RS, para utilização junto à subestação, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17-07-2002, Decreto n° 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal n° 2.057, publicado em 09 de março de 2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93 e, na Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014.

I. DO OBJETO:

II.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de um Grupo Moto Gerador (GMG) Diesel, destinado ao Hospital Municipal São José de Taquari/RS, para utilização junto à subestação, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes no **Anexo: I – TERMO DE REFERÊNCIA**, que passa a fazer parte integrante do presente edital.

II. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

II.1 - Poderão participar da presente licitação:

II.1.1 - Empresas cujo ramo de atividade, em contrato, seja pertinente ao objeto desta licitação;

II.1.2 - Empresas que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste edital.

II.1.3 - Conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e cumpri-las na sua totalidade.

II.2. Não será admitida nesta licitação a participação:

II.2.1 - Consórcio ou grupo de empresas.

II.2.2 - Não poderão participar da presente Licitação pessoas físicas e/ou jurídicas, cujos integrantes sejam ou tenham cônjuges ou parentes até o 2º grau, como funcionários do Contratante.

II.2.3 - Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, concordata, liquidação.

II.2.4 - De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Taquari, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

II.2.5 - De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

II.2.6 - Estrangeiras que não funcionem no País.

II.3. Como CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO neste certame, a licitante deverá apresentar, **fora dos envelopes** de habilitação e propostas, **no momento do credenciamento**:

a) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (**ANEXO IV**);

b) No caso de empresas beneficiárias da Lei complementar 123/2006, visando ao exercício da preferência previsto nos artigos 42 a 45 da referida lei, a empresa deverá apresentar ainda, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que a mesma é beneficiária da Lei Complementar 123/2006; (**modelo do Anexo VI**)

b.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

b.2) A falta de apresentação da Declaração exigida na letra “b” ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

II.4. Se a licitante não apresentar as declarações escritas, previstas no item II.3, seu representante legal poderá fazê-las de próprio punho, no momento do credenciamento, desde que detenha os poderes necessários, devidamente comprovado por meio do contrato social ou procuração.

II.4.1. Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá, obrigatoriamente, encaminhar as declarações exigidas no item II.3 deste edital fora dos envelopes de habilitação e de propostas.

II.5. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no **item II** deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE TAQUARI
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE TAQUARI
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

III. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

III.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

III.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

III.1.2. Não serão admitidos na sessão de julgamento mais de um representante por empresa.

III.1.3. O representante legal credenciado deverá observar todas as normas de segurança e higiene estabelecidas pelas autoridades competentes e vigentes na data de abertura do certame, no tocante ao uso de máscaras, distanciamento e higienização pessoal.

III.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

III.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

III.3.1. Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

III.3.1.1. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

III.3.1.2. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

III.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

III.3.1.4. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

III.3.1.5. Registro comercial, se empresa individual.

III.3.2. Re representada por procurador, deverá apresentar:

III.3.2.1. Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

III.3.2.2. Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. **(MODELO DO ANEXO III).**

Observação 1: Em ambos os casos (**III.3.2.1.** e **III.3.2.2.**), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

III.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

IV. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

IV.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n^{os} 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

IV.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

IV.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

V. DA PROPOSTA DE PREÇO:

V.1. A proposta deverá ser apresentada em folhas rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, que deverá conter os elementos abaixo descritos.

V.1.1. A denominação; CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail, conta bancária e data;

V.1.2. Número do Pregão;

V.1.3. Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital, devendo constar obrigatoriamente as informações elencadas no ponto 6.1 do referido termo.

V.1.4. Preço total, em moeda nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais, apurado à data de sua apresentação.

Obs.: Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: embalagens, seguros, transportes, tributos de qualquer natureza, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas, diretas ou indiretas.

V.1.5. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

V.1.6. O **valor de referência**, apurado pela Administração, pelo equipamento objeto da presente licitação é de **R\$ 258.500,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais)**.

V.2. A licitante deverá ler atentamente as especificações constantes deste edital, a apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital.

V.3. Não serão admitidas ofertas de produtos que não atendam as especificações mínimas do objeto licitado e contendo mais de uma cotação para o item sob pena de desclassificação do item e/ou da proposta.

V.5. Caso haja erro de multiplicação e/ou soma na proposta apresentada, esta será corrigida, considerando os valores unitários como corretos, ato em que o Pregoeiro fará constar na ata de julgamento.

V.6. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do objeto desta licitação, será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

VI. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

VI.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

VI.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

Obs.: Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

VI.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

VI.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

VI.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens VI.3 e VI.4.

VI.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 2 min (dois minutos) para apresentar nova proposta.

VI.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

VI.6.1. Os lances deverão ser formulados em **valor unitário** (por item), distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, **observada a redução mínima entre os lances de 2%**.

VI.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item XVI deste edital.

VI.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

VI.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

VI.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

VI.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

VI.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. **Será declarada vencedora** do item a licitante que ofertar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

VI.13. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes **microempresas e empresas de pequeno porte** preferência na contratação, observadas as seguintes regras:

VI.13.1. O Pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aqueles cujos mesmos sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

VI.13.2. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do **subitem VI.13.1.**

VI.13.3. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no **subitem VI.13.1.**

VI.13.4. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o **subitem VI.13**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

VI.14. - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

VI.15. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

VI.16. **Será declarada vencedora** a licitante que ofertar o **MENOR PREÇO por ITEM**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

VI.17. Serão desclassificadas as propostas que:

VI.17.1. não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

VI.17.2. forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

VI.17.3. afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item V;

VI.17.4. contiverem opções de preços alternativos ou que apresentem preços manifestamente inexeqüíveis ou superfaturados;

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for

conflitante com o instrumento convocatório.

VI.18. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

VI.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

VI.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município.

VI.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

VII. DA HABILITAÇÃO:

VII.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE N° 02, os seguintes documentos:

VII.1.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

VII.1.1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

VII.1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

VII.1.1.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

VII.1.1.4. Declaração de cumprimento do disposto no art.7º inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme o inciso V do art.27 da Lei 8.666/93 introduzido pela Lei 9.854 de 27/10/99 (declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos).

VII.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

VII.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

VII.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do município sede do licitante, relativo a atividade por este exercida (ÁLVARA MUNICIPAL);

VII.1.2.3. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

VII.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio sede do licitante;

VII.1.2.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular dos encargos sociais instituídos por Lei.

VII.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 01/05/1943;

VII.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA:

VII.1.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da aprezada para o recebimento das propostas.

VII.1.4. OUTROS DOCUMENTOS:

VII.1.4.1. Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera de Governo, conforme modelo do **ANEXO V**.

VII.1.4.2. Declaração de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação. (**Modelo ANEXO VII**).

VII.1.4.3. Indicação do responsável, ou responsáveis, que assinarão o Contrato com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato. (**Modelo ANEXO VIII**).

VII.1.4.4. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro societário, Servidor Público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (**Modelo do ANEXO IX**).

VII.1.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que a mesma é beneficiária da Lei Complementar 123/2006, conforme exigido no item II.3, “b”.

VII.1.6. A Licitante, comprovadamente beneficiária da Lei Complementar 123/2006, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em (05) cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

VII.1.7. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

VII.1.8. O prazo de que trata o item **VII.1.6.** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

VII.1.9. A não regularização da documentação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Obs.: 1) Todos os documentos, quando apresentados em cópia, devem ser autenticados previamente em cartório ou pela Comissão de Licitações mediante apresentação do original, em horário anterior, previsto para abertura dos envelopes. As negativas disponibilizadas em sistema informatizado de consulta podem ser apresentadas mediante documento impresso, retirado da Internet.

2) Os documentos apresentados devem estar com prazo dentro da validade até a data do julgamento da presente licitação.

3) Com relação ao item “**VII.1.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA**”, fica dispensada a apresentação dos documentos descritos nos itens “**VII.1.1.1.**”, “**VII.1.1.2.**” e “**VII.1.1.3.**”, dentro do ENVELOPE Nº 2, quando já apresentados no momento do credenciamento.

4) Se a licitante não apresentar as declarações escritas, previstas no item VII.1.1.4 e VII.1.4 (OUTROS DOCUMENTOS), seu representante legal poderá fazê-las de próprio punho, no momento da habilitação, desde que detenha os poderes necessários, devidamente comprovado por meio do contrato social ou procuração.

4.1.) Se a licitante não se fizer representar na sessão de julgamento, deverá, obrigatoriamente, encaminhar as declarações exigidas dentro do envelope nº 02 - Documentos, sob pena de inabilitação.

VII.2. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

VIII. DA ADJUDICAÇÃO:

VIII.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço por item será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) respectivo(s) item(ns) objeto do certame.

VIII.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

VIII.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a(s) vencedora(s) e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

IX.1. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

IX.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

IX.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

IX.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-la subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

X – DOS PRAZOS:

X.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, após a homologação do certame, convocará a vencedora para assinar o contrato, no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

X.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

X.3. A entrega do produto se dará após a assinatura do contrato, no prazo e condições estabelecidas no item XI do presente edital.

XI – DAS CONDIÇÕES, DOS PRAZOS E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

XI.1. O equipamento deverá estar em conformidade com as especificações técnicas e a totalidade das peças que o compõe, com entrega técnica e treinamento de operação, nos termos do Anexo I – Termo de Referência, acompanhado dos seguintes documentos:

XI.1.1. Dimensional do GMG e demais equipamentos;

XI.1.2. Manual do controlador;

XI.1.3. Diagrama elétrico funcional.

XI.2. O prazo de entrega do equipamento será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e mediante apresentação da ordem de fornecimento (empenho), sendo que a entrega deverá ser ao nível do solo e no local de instalação, mediante agendamento com o fiscal anuente do contrato e, respeitadas todas as etapas do cronograma acordada.

XI.3. O equipamento a ser entregue deverá ser adequadamente transportado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.

XI.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto na Secretaria da Fazenda do Município e deverá conter em local de fácil visualização o número do empenho, do contrato e do processo de origem.

XII. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

XII.1. O equipamento será recebido provisoriamente por funcionário designado pela municipalidade para o mesmo, que terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento, para realizar a avaliação dos mesmos e, uma vez comprovadas as características e especificações técnicas exigidas, emitir o laudo de aceitação definitiva.

XII.2. Em constatando discordância de quaisquer das características e/ou especificações técnicas solicitadas ou, ainda, incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados, a Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado.

XII.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento dos produtos, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

XII.4. Verificada a desconformidade do equipamento entregue com as exigências editalícias, a Administração poderá:

XII.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

XII.4.1.1. Na hipótese de substituição, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

XII.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

XII.4.2.1. Na hipótese de complementação, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XII.5. Não serão recebidos os produtos quando apresentarem indícios ou características que possam vir a comprometer a utilização dos mesmos.

XIII. DA GARANTIA DOS PRODUTOS:

XIII.1. O objeto ora licitado tem garantia quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.

XIII.2. Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

XIII.3. Deverá ser dada a garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega técnica ou 15 (quinze) meses, a contar da emissão da nota fiscal, fato que vencer primeiro.

XIV. DO PAGAMENTO E RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

XIV.1. O pagamento será efetuado após a entrega do equipamento, com aprovação do responsável técnico da Prefeitura, após avaliação minuciosa, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

XIV.1.1. Qualquer descumprimento do que estiver previsto no edital e ou seus anexos, poderá resultar no cancelamento do pagamento.

XIV.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, do contrato e do processo de origem, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

XIV.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

XIV.3. O equipamento será adquirido com recursos próprios do município, sendo que as despesas correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão: 13 – Secretaria Municipal da Saúde;

Proj. Ativ.: 2167 – Atenção de Média e Alta Complex.Amb.Ho.;

4.4.9.0.52.30.00 – Máquinas e Equipamentos Energéticos;

Recurso: 40 – ASPS.

XV. DAS OBRIGAÇÕES:

XV.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

XV.1.1. Efetuar o pagamento ajustado; e

XV.1.2. Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto;

XV.1.3. Comunicar ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

XV.2. Constituem obrigações do CONTRATADO:

XV.2.1. Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações do presente Edital e seus anexos, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;

XV.2.2. Prestar garantia nos termos definido na cláusula **XIII**, durante o qual correrão por sua conta as despesas de qualquer natureza;

XV.2.3. Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;

XV.2.4. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação para terceiros;

XV.2.5. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;

XV.2.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

XV.2.7. Obedecer aos prazos de entrega dos produtos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e contratuais;

XV.2.8. Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não atenderem as condições do Edital;

XV.2.9. Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos.

XV.2.10. Assumir como exclusivamente sua os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução do contrato.

XV.2.11. Os direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente licitação, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da Contratada.

XVI. DAS PENALIDADES:

XVI.1. Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de PARTICIPANTE DO PREGÃO**, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

XVI.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

XVI.1.2. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

XVI.1.3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

XVI.2. Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de CONTRATADA**, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

XVI.2.1. Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

XVI.2.2. As penalidades serão aplicadas:

XVI.2.2.1. Quando houver atraso por culpa da contratada;

XVI.2.2.2. Quando parar injustificadamente os serviços;

XVI.2.2.3. Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.

XVI.2.3. Sem prejuízo de outras cominações, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes multas:

XVI.2.3.1. Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

XVI.2.3.2. Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;

XVI.2.3.3. Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

XVI.2.4. Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;

XVI.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;

XVI.2.6. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

XVI.2.7. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;

XVI.2.8 - Quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

XVI.3. DAS PENALIDADES DO CONTRATANTE:

XVI.3.1. No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IGPM.

XVI.4. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

XVII.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas/habilitação, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

XVII.2. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

XVII.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, serão efetuadas as alterações necessárias e será, oportunamente, designada nova data para a realização do certame.

XVII.4. As impugnações deverão **ser protocolizadas dentro do prazo legal**, junto ao Setor de Protocolo do Município de Taquari, RS, endereçados ao Pregoeiro, observados os prazos legais, e deverá vir instruída com cópia do contrato social e, se representada por procurador, deverá ser encaminhada cópia do instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida.

XVII.5. Não serão aceitos pedidos de impugnação ao edital apresentados fora do prazo ou enviado por meio diverso do previsto no **item XVII.4.**

XVII.6. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

XVIII.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Taquari, Setor de Licitações, sito na Rua Osvaldo Aranha, nº 1.790, ou pelo telefone, (51)3653 – 6200, ramal 6247/6246, no horário de expediente, ou seja, das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min, ou e-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

XVIII.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações.

XVIII.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

XVIII.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

XVIII.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, pela Comissão de Licitações ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

XVIII.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

XVIII.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo

decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

XVIII.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

XVIII.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Taquari para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

XVIII.10. Fazem parte integrante deste Edital:

XVIII.10.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

XVIII.10.2. ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;

XVIII.10.3. ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO;

XVIII.10.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO;

XVIII.10.5. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

XVIII.10.6. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

XVIII.10.7. ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL;

XVIII.10.8. ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO;

XVIII.10.9. ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA;

Taquari, 18 de agosto de 2020

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL 017/2020

Alterado conforme aviso publicado em 19/08/2020

GRUPO GERADOR DIESEL

(Funcionamento em Emergência)

Sumário

I. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

1. FINALIDADE
2. OBJETO
3. ENDEREÇO DE ENTREGA
4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
5. JUSTIFICATIVA
6. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
7. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES
8. CONDIÇÕES LOCAIS DE INSTALAÇÃO
9. POTÊNCIA

II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. MOTOR DIESEL
2. ALTERNADOR SÍNCRONO
3. BATERIA DE PARTIDA
4. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO GMG
5. SISTEMA DE FORÇA
6. SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA
7. CONSTRUÇÃO CIVIL
8. GARANTIA

TERMO DE REFERÊNCIA

I) ESPECIFICAÇÕES GERAIS

1. FINALIDADE

Definir parâmetros técnicos mínimos e condições para o fornecimento de sistemas de geração com GRUPO GERADOR DIESEL (GMG) para atendimento as instalações elétricas do **HOSPITAL SÃO JOSÉ EM TAQUARI/RS.**

Neste documento serão utilizados termos para citação na maior parte do tempo como equivalentes, diferenciando somente quando for necessário, conforme abaixo:

- TR – Termo de Referência
- GMG – Grupo Gerador
- USCA – Unidade de Supervisão da Corrente Alternada
- USINA – Sistema de geração
- CONTRATANTE – Empresa Hospital de Taquari/RS.
- CONTRATADA – Empresa proponente
- CONTRATO – Contrato de acordo entre as partes

2. OBJETO

Fornecimento de um grupo gerador de potência de 500 kVA em regime de emergência, tensão 380/220 Vac, entrega técnica e treinamento de operação. Fornecimento a ser realizado nas dependências da CONTRATANTE.

3. ENDEREÇO DE ENTREGA

3.1. Os materiais objeto do presente TR deverão ser entregues ao nível do solo e no local de instalação, sendo a entrega programada com a Gerência de Manutenção da CONTRATANTE durante horário comercial de segunda a sexta-feira.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega do equipamento será de 60 (sessenta) dias corridos, contados após a assinatura do CONTRATO, sendo respeitadas todas as etapas do cronograma acordado e da Proposta Comercial.

5. JUSTIFICATIVA

O grupo gerador destina-se ao atendimento em caso de emergência na falha da energia elétrica da Concessionária.

6. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Devem constar obrigatoriamente, no mínimo, as informações seguintes:

6.1. Informações que devem constar na proposta

- Motor diesel: fabricante, modelo, potência e tipo de regulação de velocidade;
- Alternador: fabricante, modelo, potência, tensão e frequência;
- Sistema de controle automático para transferência ABERTA: descrição, fabricante e modelo;

- Quadro de transferência: descrição, fabricante e corrente dos disjuntores motorizados;
- Quadro de transferência deverá ser instalado internamente à carenagem;
- Quadro de transferência deverá ser montado com disjuntores motorizados;
- Tanque de combustível embutido na base do gerador: capacidade mínima de 500 litros;
- Nível de ruído máximo de 76 dB(A) a 2,0 metros (em decibéis);
- Carenagem inclusa de bacia de contenção;
- O sistema de controle deverá garantir leitura digital na IHM do controlador para o volume de combustível no tanque do grupo gerador;
- Bocal de abastecimento externo à carenagem para abastecimento do combustível;
- Dobradiças de aço inox para abertura das portas da carenagem;
- Prazo de garantia;
- Local e prazo de entrega;
- Destacar todos os Impostos;
- Forma de pagamento;
- Validade da proposta.

6.2. Documentos a serem entregues no recebimento do GMG

- Dimensional do GMG e demais equipamentos;
- Manual do controlador;
- Diagrama elétrico funcional.

7. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

7.1. A potência do GMG deve ser considerada para trabalhar em “regime de emergência” (ISO 8528), ou seja, no suprimento de energia por todo o tempo de duração da falta da rede comercial;

7.2. Não será aceito GMG constituído de peças de difícil aquisição no mercado local, peças essas que normalmente são importadas ou de fabricantes nacionais sem a devida certificação ISO de qualidade.

As peças de reposição devem apresentar preço compatível com as similares do mercado. GMG fabricado com componentes que não se enquadrem nestas condições não serão aprovados para aquisição pela CONTRATANTE.

7.3. Em hipótese nenhuma será aceito GMG (ou parte do mesmo) recondicionado ou usado.

8. CONSTRUÇÃO CIVIL E INSTALAÇÃO

8.1. A construção civil e os materiais de instalação elétrica e mecânica do grupo gerador será de responsabilidade da CONTRATANTE;

8.2. A CONTRATADA deverá entregar o projeto do GMG para aprovação da CONTRATANTE, bem como, o layout orientativo para instalação;

8.3. O local de instalação do GMG deverá estar preparado antecipadamente pela Contratante antes da chegada dos equipamentos na obra afim de permitir o descarregamento no devido local.

8.4. Todos os materiais e serviços de obra civil e aprovação de projetos junto a concessionária, será de responsabilidade da CONTRATANTE.

9. POTÊNCIA

9.1. Um grupo gerador com potência unitária de no mínimo **500 kVA/ 400 kW** (stand-by), para funcionamento automático, singelo e transferência aberta, montado em uma carenagem SUPER SILENCIADA dimensionada para 76 dB(A) @ 2,0 mts, sendo **obrigatório a inclusão** da bacia de contenção, as dobradiças de aço inox para todas as portas e bocal de abastecimento externo do combustível junto a respectiva carenagem.

9.2 O GMG deverá conter um controlador instalado junto ao skid, dedicado para o sistema de proteção e controle do grupo gerador, transferência automática ABERTA e um sistema de bóia magnética instalada junto ao tanque de combustível que permita a leitura digital na IHM do volume do diesel;

9.3 O grupo gerador deverá conter um painel de transferência de força, tipo convencional **instalado internamente à carenagem**, montado com **dois disjuntores motorizados de 800 A**, dedicado para execução do sistema de transferência.

II) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. MOTOR DIESEL

O motor diesel de acionamento do GMG deverá ser de fabricante que disponha de rede de assistência técnica e peças no Brasil, sendo que todas as proteções e acessórios adaptados ao conjunto devem ter o aval do fabricante do motor, e possuir as seguintes características:

- Possuir sistema controle de velocidade do tipo eletrônico;
- Sistema de filtragem de combustível (óleo diesel, óleo lubrificante), bem como ar de admissão com filtros substituíveis de fácil acesso para manutenção;
- Sistema de arrefecimento com radiador incorporado e resistência de pré-aquecimento junto ao bloco do motor;
- Sistema de partida e comando elétrico em corrente contínua, conforme tensão do fabricante do motor, dotado de alternador para carga da bateria;
- O motor deverá dispor de dispositivo de proteção e parada automática, para atuar nos casos de baixa pressão de óleo lubrificante e sobre temperatura de água de arrefecimento.

1.1. Lubrificação

A drenagem de óleo do *cárter* deverá ser através de parafuso no fundo do mesmo, o qual depois de retirado permita derramar o óleo lubrificante por gravidade em um recipiente.

Abaixo do *cárter do motor* deverá ser prevista uma **bacia de contenção de líquidos**, a fim de evitar gotejamento de combustíveis na base de concreto.

O óleo lubrificante para o abastecimento do motor será o recomendado pelo fabricante, devendo estar claro no manual técnico as características deste óleo lubrificante.

1.2. Sistema de Combustível

O sistema de tanque de combustível para o grupo gerador deverá possuir mínimo aos seguintes critérios:

- Tanque diário com capacidade mínima de **500 litros, sub base.**

O tanque de combustível diário deverá ter bocal de enchimento próprio e externo à carenagem, dreno, boia magnética para informação do nível de combustível no controlador, respiro e conexões apropriadas para alimentação e retorno de óleo diesel.

1.3. Sistema de escape dos gases

O sistema de descarga dos gases de escape do motor deve ser constituído de coletor de descarga, tubo flexível para isolamento de vibrações e silencioso. O silenciador deverá ser do tipo “hospitalar”, devendo ser especificado pelo fabricante do GMG, a fim de atender ao nível de ruído solicitado neste TR.

1.5. Partida e parada

A partida do motor deve ser sempre efetuada por meio de motor elétrico de corrente contínua, diretamente acoplado ao motor.

A parada do motor deve ser efetuada através do solenoide do dispositivo de estrangulamento de combustível.

1.6. Sistema de proteção

Deverá possuir junto ao sistema de controle do motor, dispositivo e lógica de comando, para sinalizar para o controlador o momento em que o GMG atinge uma rotação mínima recomendada pelo fabricante do motor diesel, para interromper o comando de partida.

Deverá haver dispositivo de controle da pressão de óleo lubrificante e a temperatura do líquido de arrefecimento do motor diesel.

1.7. Sistema de arrefecimento

O sistema de arrefecimento será do tipo com radiador/ventilador incorporado, apresentando as particularidades que seguem:

- O motor deve ser sempre resfriado a água, em circuito fechado, com circulação no bloco e nos cabeçotes;
- A circulação de água deve ser realizada por bomba centrífuga acionada pelo próprio motor ou por meio de correia;
- O motor deve dispor sempre de válvula termostática, destinada a acelerar o aquecimento do mesmo no início do seu funcionamento;
- O ventilador deve circular o ar no sentido do alternador para o motor;
- O motor diesel deve ser provido de resistência de pré-aquecimento.

2. ALTERNADOR SÍNCRONO

2.1. Características elétricas

- Alternador síncrono, de corrente alternada, trifásico, sem escovas, com excitação própria, para ser acionado por motor diesel;
- O valor nominal da tensão, gerada pelo alternador síncrono trifásico com ligações em “Y” e neutro acessível, deve ser de **380/220 Vca**, frequência nominal de 60 Hz.
- Todo GMG deve possuir obrigatoriamente regulador eletrônico de tensão montado dentro da bazeta de ligação do alternador.

2.2. Excitatriz

O sistema de excitação deverá ser tipo "**BRUSHLESS**", com sistema de bobina auxiliar para garantir na excitação automática da máquina, resposta rápida as variações da carga, ótima estabilidade e excelente desempenho.

3. BATERIA DE PARTIDA

3.1. A capacidade e a tensão necessárias da bateria de partida deverão ser definidas em função do motor diesel selecionado, porém as mesmas deverão ser seladas (nunca requerer água) e oferecer grande resistência às variações de temperaturas. Devem possuir visor de teste que informe a carga da bateria. A mesma deve possuir anteparo para não ficar diretamente sobre o piso.

3.2. Todo GMG deve possuir obrigatoriamente carregador automático de baterias alimentado pela rede comercial e alternador automotivo compatível com a tensão da bateria, acionado pelo motor diesel do GMG.

4. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO GMG

4.1. Base metálica

A base metálica do conjunto GMG deve ser construída com perfis laminados de aço, com duas longarinas em perfilados "I" ou "U", ou chapa dobrada em perfil "U", adequadamente dimensionados para suportar os esforços que se façam necessários como torções e/ou flambagens e suportes de apoio do motor e alternador.

a) Altura livre do piso

As vigas ou tubos transversais da base devem ficar a uma altura livre sobre o piso, tal que se possa ser facilmente executável a substituição do óleo lubrificante.

b) Içamento

Devem ser previstos na base metálica, condições para que o GMG possa ser içado por cabos, para possibilitar o transporte vertical e horizontal.

c) Aterramento

A base metálica deve dispor de terminal para cabo 25 mm², para conexão à terra da estação. O radiador deve ser aterrado à base, através de cordoalha ou cabo 6 mm².

4.2. Acoplamento motor alternador

A união entre as partes rotativas, volante do motor e eixo do gerador, deve ser realizada por meio de discos flexíveis, devidamente dimensionados para não introduzir esforços aos eixos das máquinas e para absorver o torque máximo do motor.

4.3. Pintura do GMG

- A pintura final de acabamento deve ser compatível com a utilização, devendo ter aspecto liso e características que permitam fácil limpeza da superfície, a qual deve ser isenta de arranhões e defeitos.

- Deverá obedecer aos seguintes padrões de cores para a pintura final:
 - Motor diesel e alternador: na cor original do fabricante;
 - Gerador: na cor original do fabricante;
 - Base metálica e eletrodutos: cor preta ou cor do fabricante do motor.
 - Carenagem: na cor do Fabricante.

5. USCA – UNIDADE DE SUPERV. DA CORRENTE ALTERNADA

A USCA deverá ser do tipo automática e construída dentro dos mais avançados padrões técnicos e de qualidade, com Controlador Microprocessado de última geração, com grande versatilidade e confiabilidade.

5.1. Função básica

- Tem como função básica efetuar o comando, medição, sinalização, proteção e intertravamento, ou seja, supervisão, de ambas fontes de corrente alternada, fonte principal (rede) e uma fonte de emergência (grupo gerador).
- A USCA deve ser dotada de IHM com *display* LCD que possibilite a configuração do sistema no local da instalação.
- Na porta frontal da USCA deverá existir um botão de emergência, com retenção, que quando acionado, bloqueia a alimentação em corrente contínua da mesma, e consequentemente todo o sistema de comando e potência em corrente alternada, bem como paralisa o motor diesel.

5.2. Sistema de medição

Através de indicação por *display* LCD:

- Tensão fase-fase e fase-neutro;
- Frequência;
- Corrente nas três fases;
- Horas de funcionamento;
- Potência ativa;
- Contador de partidas;
- Temperatura de água de resfriamento;
- Pressão do óleo lubrificante.

5.3. Sinalizações

- Rede em carga;
- GMG em carga;
- Defeito no GMG;
- Nível anormal de combustível;
- Falha partida motor diesel;
- Falha parada motor diesel;
- Baixa pressão do óleo lubrificante motor diesel;
- Alta temperatura da água de arrefecimento motor diesel;
- Tensão anormal;
- Frequência anormal;
- Sobrecarga.

6. SISTEMA DE FORÇA

Todos os sistemas de força deverão ser considerados do tipo TRIPOLAR, e **disjuntores motorizados**, com barramento de neutro e barramento de terra, disponíveis e de fácil acesso.

- O quadro de transferência de força, deverá ser montado em um painel tipo convencional, interno à carenagem, incluso de dois disjuntores motorizados de 800 A.

7. SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA ABERTA

O grupo gerador irá trabalhar sob o regime de emergência, ou seja, somente na falta da concessionária de energia.

- O Sistema de Transferência Automática ABERTA (com interrupção), visa atender o hospital mediante a falta da concessionária, abastecendo as cargas num tempo de até 20 segundos após a confirmação de falta de rede e o desligamento do grupo do grupo gerador após a confirmação de retorno da energia da concessionária e o tempo de resfriamento do motor diesel.

8. GARANTIA

A CONTRATADA deverá garantir os equipamentos e acessórios contra quaisquer defeitos fabricação ou de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega técnica dos equipamentos ou quinze meses da emissão da nota fiscal, fato que vencer primeiro.

Representante da Prefeitura Municipal

Flávio de Andrade – Engº Civil & Engº Segurança – CREA 111.653

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, credencia como seu representante o Sr. _____, RG. N.º _____, CPF n.º _____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, na sessão pública de processamento do Pregão.

(LOCAL E DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)

OBS.:

a) Assinatura(s) com firma(s) reconhecida(s) do(s) outorgante(s) com poderes para este fim conforme Contrato Social da sociedade.

b) O credenciamento deverá vir acompanhado da documentação necessária para comprovação da validade do mesmo, conforme previsto no **item III** do Edital.

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, vem, pela presente, apresentar a V. Senhoria, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e declarar que atende todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à sua habilitação.

Taquari, RS, de de 2020.

Representante legal
(com carimbo da Empresa)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, vem, pela presente, DECLARAR a inexistência de fato impeditivo quanto à habilitação para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera de Governo, bem como estar ciente de que deve declará-los quando ocorridos durante o certame.

Declara, ainda, ter conhecimento de que a participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

Por ser verdade, firma a presente sob as penas da Lei.

Taquari, RS, _____ de _____ de 2020

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, DECLARA, sob penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é _____ (**microempresa ou empresa de pequeno porte**), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório de **Pregão Presencial nº 017/2020**, realizado pelo MUNICÍPIO DE TAQUARI.

Declara ainda, que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhuma das situações previstas no artigo 3º, § 4º, Incisos I a X, da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 (artigo 3º. § 6º, Lei Complementar nº 123/06).

Por ser verdade, firma a presente sob as penas da Lei.

Taquari, RS, ____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS
CONDIÇÕES DO EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, declara para os devidos fins, ter conhecimento e aceitar as condições estabelecidas no Edital acima referido, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

Taquari, RS, _____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO
CONTRATO**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, declara para os devidos fins, que o responsável legal para assinatura do Contrato, originário do edital em epígrafe é(nome completo),.....(cargo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do C.P.F. n.º, conforme ciência do mesmo.

Seguem abaixo os dados do responsável:

E-MAIL INSTITUCIONAL: _____

E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL: _____

Telefone: _____

Taquari, RS, ____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO
NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020

A (nome da licitante), por seu representante legal (doc. ANEXO), inscrita no CNPJ sob n.º _____, na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, declara para os devidos fins, não possui em seu quadro societário Servidor Público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO DA EMPRESA